



Direito Processual Civil Executivo
Teste – 19 de maio de 2021

Versão A

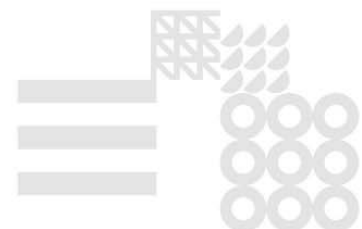
Duração: 135 minutos. Cotação: 1,25 por pergunta.

Nome: _____ N.º de aluno(a) _____

Classificação: _____ Assinatura do professor: _____

1. Qual destes é título executivo?
 - a. Sentença que anula o contrato entre Xavier e Zulmira por erro.
 - b. Injunção iniciada por Xavier e que aguarda a aposição da fórmula executória.
 - c. Sentença que absolveu Zulmira da obrigação de pagar o preço e da qual Xavier recorreu.
 - d. Cheque emitido por Zulmira a favor de Xavier, no valor de € 4300.**
 - e. Contrato celebrado através de documento particular entre Xavier e Zulmira em 2015. Pretende-se executar a dívida do preço.

2. António e Bernardo celebraram um contrato de compra e venda pelo qual António se obrigou a entregar um dos automóveis da sua coleção a Bernardo e este a pagar € 20 000. As partes não estabeleceram prazo para a entrega do automóvel. O contrato foi celebrado por escritura pública. Em execução para entrega do automóvel, escolha a opção correta.
 - a. Trata-se de uma obrigação genérica, pelo que a escolha da prestação compete a António e deve necessariamente ter lugar antes da propositura da ação executiva.
 - b. A obrigação é exigível, pelo que Bernardo pode propor ação executiva em que exija a entrega do automóvel.**
 - c. Trata-se de uma obrigação genérica, pelo que a escolha da prestação compete a Bernardo e pode ter lugar no requerimento executivo.
 - d. A obrigação não é exigível, já que Bernardo deve interpelar António para cumprir antes de poder propor a ação executiva.
 - e. Trata-se de uma obrigação pura, pelo que cabe ao tribunal fixar o prazo para o cumprimento.



3. Carlota celebrou um contrato de compra e venda de um automóvel com a “Auto Deals” por escritura pública. Carlota nunca chegou a pagar o preço. O contrato foi celebrado em Odemira, sede da “Auto Deals”. Carlota reside em Bruxelas, mas tem bens imóveis em Braga e no Porto. Qual é o tribunal competente?
- Os tribunais portugueses não são internacionalmente competentes.
 - Tribunal de Odemira.
 - Apenas o tribunal de Braga.
 - A “Auto Deals” pode optar por propor a ação em Portugal ou na Bélgica.
 - Tribunal de Braga ou tribunal do Porto consoante se pretenda penhorar o imóvel localizado numa ou noutra comarca.**
4. Indique em que caso o patrocínio judiciário não é obrigatório. Considere, para o efeito, **todas** as situações descritas em cada alínea.
- Execução promovida pela “Sarilhos Grandes” contra Elga em que a obrigação exequenda é no valor de € 4950 No âmbito dessa ação, Elga deduz oposição à execução e Francisca deduz embargos de terceiros contra a penhora de um imóvel.**
 - Execução promovida pela “Sarilhos Grandes” contra Elga em que a obrigação exequenda é no valor de € 9000. No âmbito dessa ação, Francisca deduz embargos de terceiros contra a penhora de um bem móvel.
 - Execução promovida pela “Sarilhos Grandes” contra Elga em que a obrigação exequenda é no valor de € 35 000.
 - Execução promovida pela “Sarilhos Grandes” contra Elga em que a obrigação exequenda é no valor de € 30 000. No âmbito dessa ação, Elga opôs-se a execução com base no cumprimento da obrigação.
 - Execução promovida pela “Sarilhos Grandes” contra Elga em que a obrigação exequenda é no valor de € 3000. Gabriel reclama um crédito de € 5500, o qual foi objeto de impugnação.
5. Em qual destas situações é admitida a pluralidade de sujeitos e/ou de pedidos?
- Execução movida contra Helena e Igor, sendo o título executivo uma sentença que condena Helena a pagar € 5000 e Igor a entregar um automóvel.**
 - Execução movida contra João e Manuela, comproprietários de um imóvel que se pretende penhorar. O título executivo é um documento autenticado em que João reconhece a existência de uma dívida e uma sentença judicial que condena Manuela a pagar € 40 000.**
 - Execução contra Nuno e Otília, devedores conjuntos, pretendendo-se que cada um pague a quota-parte da obrigação (€10 000 cada). O título executivo é um requerimento de injunção com fórmula executória (quanto a Nuno) e um documento autenticado (quanto a Otília).**
 - Execução contra Patrícia e Rui, cônjuges, sendo os títulos executivos uma sentença judicial que condena**



Patrícia a pagar € 20 000 e uma livrança subscrita por ambos os cônjuges.

e. Execução contra Susana e Teresa, irmãs, por dívidas distintas, sendo os títulos executivos um cheque subscrito por Susana e uma livrança subscrita por Teresa.

6. Num dos seguintes casos, o agente de execução só deve atuar na sequência de despacho judicial. Diga qual.
- a. Auxílio da força policial para a realização de diligências de penhora no estabelecimento comercial do executado durante o fim de semana.
 - b. Comunicação ao Banco de Portugal destinada a averiguar quais as instituições bancárias em que o executado tem conta ou depósitos bancários.
 - c. Penhora da habitação própria permanente do executado.
 - d. Auxílio da força policial para a realização de diligências de penhora no domicílio do executado.**
 - e. Consulta às bases de dados da Autoridade Tributária para aferir da existência de bens penhoráveis.
7. Em qual destas situações está vedada ao credor a possibilidade de iniciar procedimento extrajudicial pré-executivo?
- a. A obrigação exequenda consiste no pagamento de € 11 000 e o título executivo é uma sentença condenatória proferida pelo Juízo Central Cível de Bragança.
 - b. A obrigação exequenda consiste no pagamento de € 11 000 e o título executivo é um requerimento de injunção com fórmula executória.
 - c. A obrigação exequenda consiste no pagamento de € 11 000 e o título executivo é uma escritura pública de venda de um imóvel, sem hipoteca.**
 - d. A obrigação exequenda consiste no pagamento de € 11 000 e o título executivo é uma sentença arbitral.
 - e. Nenhuma das anteriores.
8. Em qual dos seguintes casos a penhora deve ser antecedida de citação do executado?
- a. Execução de decisão judicial que condene o executado no pagamento de €5000.
 - b. Execução fundada em escritura pública de compra e venda. O crédito exequendo é de € 3000 e foi penhorado um automóvel.
 - c. Execução assente em requerimento de injunção com fórmula executória. O crédito exequendo é de € 10 000.
 - d. Execução fundada em documento particular subscrito em 2012. O crédito exequendo é de € 15 000 e está garantido por penhor.



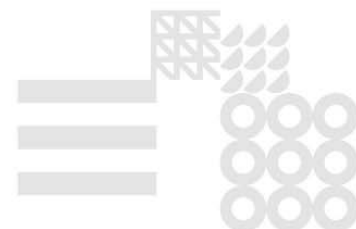


- e. **Execução fundada em escritura pública de compra e venda. O crédito exequendo é de € 9000 e foi penhorado um imóvel do executado.**
9. Vítor foi condenado a pagar € 17 000 a Anacleto por sentença judicial proferida em 2019. Qual destes fundamentos não poderá ser alegado em oposição à execução?
- a. Decisão judicial anterior à decisão exequenda que tenha absolvido Vítor do pedido.
 - b. Cumprimento da obrigação exequenda, quando posterior à sentença judicial.
 - c. Falta de citação para a ação declarativa, razão pela qual esta correu à revelia de Vítor.
 - d. **Prescrição do crédito exequendo verificada antes de 2014.**
 - e. Incompetência internacional dos tribunais portugueses para a ação executiva.
10. Escolha o conjunto em que **todos os bens são penhoráveis**.
- a. Fogão, computador que o executado utiliza na sua atividade profissional, cão dálmata do executado.
 - b. **Coleção de garrafas de vinho do Porto, máquina Bimby, cadeira de rodas adquirida para a avó do executado (entretanto falecida).**
 - c. Coleção de filmes “Marotices”, € 5000 em notas, televisão HD (única televisão do executado).
 - d. Cama, talheres e 500 kg. de cocaína.
 - e. Livros que o executado costuma ler nos seus tempos livres, crucifixo em ouro, cão dálmata do executado.
11. Em execução para pagamento de € 30 000, é penhorado o salário do executado, no valor líquido mensal de € 750. Tendo em conta o salário mínimo nacional para 2021 (€ 665) e que o executado não tem outros rendimentos, seleccione a opção correta quanto ao **montante penhorável**:
- a. € 500.
 - b. € 250.
 - c. € 665.
 - d. € 750 caso o crédito exequendo seja de alimentos.
 - e. **€ 85.**
12. Bruno e Célia estão casados em regime de comunhão de adquiridos. Em execução movida por David contra Bruno, é penhorado um valioso quadro que Célia adquiriu antes do casamento. Seleccione a opção correta.
- a. Célia deve ser citada para a execução, já que a penhora incidiu sobre um bem comum do casal.
 - b. Bruno pode alegar a comunicabilidade da dívida a Célia.





- c. **Caso David tenha invocado a comunicabilidade da dívida a Célia e esta, citada para o efeito, nada tenha dito, o quadro só é penhorado se os bens comuns do casal forem insuficientes para satisfazer o crédito exequendo.**
- d. Caso David tenha invocado a comunicabilidade da dívida a Célia e esta, citada para o efeito, nada tenha dito, o quadro é penhorado antes dos bens comuns do casal.
- e. O quadro é um bem próprio de Célia, pelo que não pode ser penhorado mesmo que a sua comunicabilidade seja invocada por David e Célia a reconheça.
- 13. O património de Hélder é composto unicamente por bens móveis não sujeitos a registo. Selecione a afirmação correta.**
- a. **O agente de execução não remove os bens se a remoção implicar a sua deterioração.**
- b. O agente de execução remove sempre os bens para depósito de que é proprietário.
- c. A penhora concretiza-se com a apreensão dos bens, nada mais havendo a fazer.
- d. O agente de execução nunca deve remover os bens, nomeando sempre o executado como depositário.
- e. O executado nunca pode ser o depositário dos bens.
- 14. Qual destes sujeitos pode deduzir embargos de terceiro?**
- a. Credor hipotecário.
- b. **Possuidor em nome próprio do bem penhorado.**
- c. Titular de direito de preferência legal registado antes da penhora.
- d. Comodatário, pertencendo o bem imóvel penhorado ao executado.
- e. Usufrutuário numa execução em que foi penhorada a sua propriedade.
- 15. Em ação executiva proposta contra Júlio, foram penhorados bens móveis pertencentes a Leonardo. Este último só tomou conhecimento da penhora após a venda dos bens. O que pode Leonardo fazer?**
- a. **Propor ação de reivindicação.**
- b. Nada, dado que a lei só lhe permite reagir através de embargos de terceiro e estes já não são admissíveis.
- c. Deduzir oposição à penhora.
- d. Deduzir embargos de terceiro, cabendo-lhe invocar o conhecimento superveniente da penhora.
- e. Deduzir embargos de terceiro ou, em alternativa, propor ação de reivindicação.
- 16. Qual dos seguintes credores não é citado no processo executivo?**





- a. Credor a quem tenha sido dado em penhor o bem objeto de penhora.
- b. Credor com direito de retenção sobre o bem penhorado.
- c. Autoridade Tributária e Aduaneira.
- d. Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.
- e. Feador do executado.**

